Cadernos de Tradução

O desejo de conhecer e traduzir o Outro: Charles Girard entre os Andes e a Amazônia

The desire to know and translate the Other: Charles Girard between the Andes and the Amazon

Ana Karla Canarinos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
anakarla.canarinos@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-1999-7213

Wagner Monteiro Pereira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
wagner.hispanista@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-2884-9167

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o processo de tradução do relato *Les Andes, la Cordillère et la Amazonie* (1889), publicado pelo médico franco-estadunidense, Charles Fréderic Girard. Refletiremos, em primeiro lugar sobre o desejo de conhecer – e de dominar – outras culturas, que levou diversos viajantes a explorar regiões como a Amazônia. A partir de Ferdinand Denis (1825) e Claude Lévi-Strauss (1996), discutiremos o olhar do europeu diante de outros povos, especialmente os originários, com base na antropologia e na história. Do mesmo modo, pensaremos o processo de tradução do *Outro*, visto em confronto com um suposto *Eu*. Isto é, antes de explorarmos o processo de tradução empreendido pelos autores deste artigo do texto de Charles Girard, é relevante explorar a tradução cultural empreendida pelo próprio pesquisador franco-estadunidense. Finalmente, exploraremos nosso processo de tradução, explicitando as dificuldades e soluções ao traduzir um texto do século XIX para um *ethos* e um novo "aqui" e "agora" do século XXI, na América Latina.
Palavras-chave: relato de viagem; tradução literária; Amazônia.

Abstract: This article analyzes the translation process of the story *Les Andes, la Cordillère et la Amazonie* (1889), published by the French-American physician Charles Fréderic Girard. Firstly, the desire to know and dominate other cultures will be discussed, leading many travelers to explore regions such as the Amazon. Based on Ferdinand Denis (1825) and Claude Lévi-Strauss (1996), we discuss the European perspective on other peoples, especially indigenous peoples, based on anthropology and history. In the same way, we consider the process of translating the Other, seen

in confrontation with a supposed Self. That is, before exploring the translation process undertaken by the authors of this article of Charles Girard's text, it is important to explore the cultural translation undertaken by the French-American researcher himself. Finally, we explore our translation process, explaining the difficulties and solutions in translating a 19th-century text into an ethos and a new "here" and "now" of the 21st century in Latin America.
Keywords: travel report; literary translation; Amazon.

1. Introdução

Charles Fréderic Girard (1822–1895) foi um médico e zoólogo estadunidense de origem francesa, com formação na Académie de Neuchâtel, onde foi aluno de Louis Agassiz. A figura de Louis Agassiz é extremamente relevante para sua formação e atuação, pois foi o pesquisador suíço-americano que o levou como assistente em Harvard, ponto de partida de sua destaca atuação nos Estados Unidos. A partir de 1850, Girard foi chamado por Spencer Fullerton Baird para trabalhar no Smithsonian Institution, onde pode desenvolver pesquisa na já extensa coleção de répteis, anfíbios e peixes norte-americanos.

Após receber, em 1856, o grau de Doutor em Medicina pela Georgetown University, Girard retornou à França em 1859, onde recebeu o prêmio Cuvier. O trânsito entre a França e os Estados Unidos marcou a trajetória de Girard, ao ponto de o pesquisador ajudar os Confederados na Guerra de Secessão (1861–1865), com suprimentos cirúrgicos e médicos. Com o fim da guerra, Girard voltou para a França e serviu como médico militar na Guerra Franco-Prussiana (1870–1871). A carreira de Girard como médico seguiu ativa até 1888 e sua aposentadoria veio em 1891, após publicar diversos artigos sobre História Natural.

A publicação de *Les Andes, la Cordillère et la Amazonie*, em 1889, veio, portanto, no final da carreira de Charles Girard. O breve artigo foi extraído de *Naturaliste*, um periódico parisiense ilustrado de ciências naturais do século XIX. O mais interessante nessa publicação é o fato de o pesquisador franco-americano tentar descrever aquilo que ele denomina região onde a fauna é pouco conhecida, lançando mão do argumento de diversos pesquisadores, como Alexander von Humboldt e Onffroy de Thoron. Isto é, Charles Girard produz o relato do relato, motivado, segundo o autor, pelos pedidos de que escrevesse uma pequena dissertação sobre o tema. Segundo o autor, o artigo era um extrato de sua ainda inédita *Histoire des Faunes souterraines*. No entanto, não conseguimos localizar a publicação da obra.

O olhar de Girard é bastante técnico em todo o relato e há, de fato, um claro desejo de descrever uma região ainda desconhecida na Europa e nos Estados Unidos. Chama a atenção, contudo, que regiões tão díspares, como a Amazônia e a Cordilheira dos Andes, sejam cotejadas no mesmo artigo, algo improvável em uma descrição contemporânea, mas que no século XIX ainda fazia sentido, já que muitos relatos se organizavam ainda por macrorregiões. Girard é consciente de que seu relato pode apresentar inconsistências, pois está escrito tendo o olhar de diferentes viajantes naturalistas que tentaram propor um primeiro esboço da fauna e da flora da América do Sul.

2. Ferdinand Denis e Claude Lévi-Strauss: a busca pelos trópicos

As constantes viagens das ideias e conceitos entre o Novo e o Velho Mundo são constitutivas da formação nacional brasileira. Desde o período dos descobrimentos, através das cartas de Pero Vaz de Caminha e João Faras, a perene dialética entre nacional e estrangeiro já se colocava como um problema. Wilson Martins, em *A crítica literária no Brasil* (2002) destaca que a crítica literária brasileira foi predominantemente formada por viajantes estrangeiros, como Bouterwek, Sismondi, Ferdinand Denis e Ferdinand Wolf. O nacionalismo, ideia preconizada primeiramente por Denis no seu *Resumé de l'histoire du Brésil* (1825), pautou todo o indianismo e o regionalismo oitocentista, com o objetivo de tornar o Brasil uma nação de mesmo peso e importância que os países europeus. Sob este aspecto, a literatura brasileira do século XIX deu mais ênfase aos particularismos ao desenvolver os preceitos e as ideias românticas nacionalistas trazidas por Ferdinand Denis.

Segundo Denis (1825, p. 16, tradução nossa), "Agora sabemos que não haveria história universal sem viagens[1]". Ou seja, o historiador francês atribui às viagens entre o Novo e o Velho Mundo a função de compor a História da literatura universal a partir do conhecimento da produção cultural do além-mar; e formar, dentro do molde civilizatório europeu, a história nacional da literatura brasileira. Nesse sentido, as viagens foram fundamentais para a escrita da História, seja a Universal, seja a nacional. Maria Helena Rouanet, em *Eternamente em berço esplêndido*: *a fundação de uma literatura nacional* (1991), realiza uma historiografia dos principais textos produzidos por intelectuais estrangeiros que vieram ao Brasil no século XIX. Segundo a autora, a descrição feita pelos primeiros viajantes ainda no século XVI, e mesmo relatos de viajantes no século XIX, como o de Ferdinand Denis, "vai revelar uma continuidade flagrante e exemplar. O paraíso de riquezas, de bom clima e de belas paisagens atravessou o espaço que vai dos italianos renascentistas ao olhar 'científico' do Oitocentos" (Rouanet, 1991, p. 68). Ou seja, a realidade americana foi moldada de forma determinante pelos testemunhos dos viajantes, cuja força desenvolve o imaginário europeu e o sentimento de utopia vinculado à noção de exotismo. E se, por um lado, o "não familiar" e o "estrangeiro" geram um sentimento utópico, por outro lado, abrem também espaço para a domesticação cultural do diferente.

O vaivém das ideias entre Brasil e Europa forma, civiliza e domestica não apenas o Novo Mundo, como também deforma e reestrutura conceitos fixos europeus. Por um lado, as constantes viagens de intelectuais europeus ao Brasil foram responsáveis pela formação cultural, linguística e social da jovem nação, cujos impasses e descompassos da aclimatação de valores europeus serão revistos e analisados ao longo de toda a tradição literária nacional. Por outro lado, a descoberta do Novo Mundo exerceu uma forte influência no imaginário europeu, pautado pela visão do paraíso definido como o lugar em que as pessoas "viviam sem padres, sem leis e sem reis, e principalmente que não conheciam nem teu nem meu, pareciam já anunciar as mais ousadas teorias de Rousseau" (Chinard *apud* Rouanet, 1991, p. 70). Ou seja, a América dos viajantes europeus é descrita não pelo que é, e sim pelo que ela não é, ou seja, ela não é a Europa.

De acordo com Maria Helena Rouanet, o estereótipo criado em torno da ideia de Brasil, como um paraíso de riquezas, bom clima e paisagens naturais exuberantes atravessou "o espaço que vai dos italianos renascentistas ao olhar 'científico' do Oitocentos" (Rouanet, 1991, p. 68) e, com

[1] « On sait bien maintenant qu'il n'y aurait pas d'histoire universelle sans les voyages ».

raras exceções, como Lévi-Strauss, em *Tristes Trópicos* (1996b), a imagem ainda se mantém no contemporâneo. Pierre Monbeig, em *Le Brésil* (1954), livro que faz parte da coleção "Que sais-je", cujo intuito é apresentar um estudo introdutório para o leitor leigo sobre o tema, afirma que sob a perspectiva do europeu, a visão de Brasil ainda se mantém presa dentro do clichê.

Lévi-Strauss (1996b), na sua autobiografia intelectual intitulada *Tristes Trópicos*, através de em ensaio que também pode ser lido como um depoimento a respeito de sua viagem ao Brasil, apresenta uma pesquisa a respeito das nações indígenas Caingangue, Cadiueu, Bororo, Nambiquara, Mondé e Tupi-Cavaíba. O antropólogo, ao longo do seu estudo, destaca a "ignorância mútua" que regeu a relação entre os colonizados e os colonizadores, uma vez que, no caso brasileiro, os europeus consideravam os índios como animais selvagens, e os indígenas, por seu turno, avaliavam aos europeus como desuses. Em alguma medida, o estudo de Lévi-Strauss simboliza uma virada antropológica na visão que os europeus mantinham dos trópicos.

Sob este aspecto, Jean-Marie Auzias, em *Clefs pour le structuralisme* (1971), analisa a trajetória intelectual de Lévi-Strauss e aponta pelo menos quatro direções de sua obra: a primeira para o momento da experiência no campo, ou seja, o momento em que o etnólogo viaja e entra em contato com outras civilizações. Nesse primeiro momento, Lévi-Strauss publicou *La Vie familiale et sociale des Nambikwara* e, posteriormente, a sua própria biografia intelectual, *Tristes Tropiques*. O segundo momento corresponde ao "Estruturalismo rígido[2]" (Auzias, 1971, p. 85, tradução nossa), evidenciado na publicação de *Les Structures élémentaires de la parenté*, em 1949. A terceira direção é marcada pela reunião dos artigos que formarão os grandes livros teóricos *Anthropologie structurale, La Pensée sauvage* e *Le Totémisme aujourd'hui*, cujas repercussões são consideráveis na intelectualidade francesa. O quarto momento da obra de Lévi-Strauss é o *Mythologiques*, cuja obra compreende três volumes: *Le Cru et le Cuit, Du miel aux cendres* e *L'Origine des Manières de Table*.

Tristes Trópicos, nesse sentido, é um dos primeiros trabalhos de pesquisa do antropólogo, e não obstante as duras críticas que Jacques Derrida fará ao seu trabalho em *Gramatologia* (2017), ele significou uma ruptura diante da controversa descrição nacionalista do Brasil, cujo modus operandi ora é realizado a partir de efusivos adjetivos em torno das belezas naturais, como se a América Latina fosse um ideal paradisíaco ainda não corrompido pelo ideal de civilização; ora realizado pela via da oposição civilização e barbárie, em que a suposto atributo de universais coloca a cultura brasileira como estrangeira e bárbara e estrangeira diante da cultura europeia, sobretudo a francesa, inglesa e alemã.

Em *Anthropologie structurale II* (1996a), no capítulo "Race et Histoire", Lévi-Strauss afirma que a cultura pode ser definida como a combinação específica de normas muitas vezes inconscientes que organizam as práticas sociais. A diferença cultural entre o Novo Mundo e a Europa estaria relacionada às circunstâncias geográficas, históricas e sociológicas e não às aptidões ligadas à constituição anatômica ou fisiológica das diferentes raças. Nesse sentido, para Silviano Santiago (2019), assim como para Lévi-Strauss e Jacques Derrida, nada autoriza a hierarquia das culturas. Entretanto, em *Gramatologia*, Derrida desconstrói a antropologia de Lévi-Strauss, tecendo uma série de críticas ao estruturalismo antropológico por submeter em forma de texto as análises de algumas sociedades autóctones, que possuem um modo de existência completamente diferentes. A questão de Derrida não é a diferença entre as sociedades em si, mas a forma como o estruturalismo lida

[2] "Structuralisme dur".

com essas diferenças, transformando-as num sistema totalizável. Entretanto, apesar das muitas discussões que Lévi-Strauss trava ao longo de sua carreira como antropólogo – com Jacques Derrida, com Paul Ricoeur, com Claude Lefort e com Jean-Paul Sartre – é inegável a mudança que Lévi-Strauss marca em relação aos demais viajantes europeus ainda no século XIX, como Ferdinand Denis.

3. Traduzir o Outro

Nesta seção debateremos a concepção de um "eu" em confronto com um "outro". Isto é, a partir da ideia de tradução cultural, como se confrontam os diferentes mundos que são contrapostos pelo olhar do médico franco-americano, por meio de uma relação Norte versus Sul, ou Metropolitano versus Exótico. Em outras palavras, desde o início, nessa relação que se estabelece entre culturas e, especialmente, entre línguas, nos confrontamos com o "sofrimento" destacado por Jacques Derrida em *O monolinguismo do outro: ou a prótese de origem* (2001). Derrida destaca como a língua é o lugar das paixões, dos desejos, preces, da esperança. Todos esses sentimentos não apenas se relacionam, como ao mesmo tempo parecem ser expressados exclusivamente na nossa língua materna. Essa reflexão nos leva inevitavelmente a ideia de que nossas emoções materializadas linguisticamente são intraduzíveis. E assim como projetar o "outro" em seu discurso?

Ferreira (2012, p. 23) destaca como o ato da tradução "necessita de um descentramento do sujeito tradutor e da língua, permitindo o reconhecimento da diferença e o exercício da tolerância". A autora conclui que "A tradução permite, dessa forma, o encontro e o intercâmbio com o outro" (Ferreira, 2012, p. 23). Há alguns pontos que podem ser destacados nessa fala, o primeiro diz respeito ao "descentramento" do tradutor, que acarretaria no reconhecimento da diferença. Seguindo aqui a Paul Ricoeur (1991), a tradução poderia assim conciliar identidade e alteridade. Ferreira (2012) ainda afirma que a tradução pode proporcionar o encontro com o outro.

No entanto, reconhecer a diferença e exercitar a tolerância com o "outro" pode produzir efeitos contraditórios nessa ética do respeito. Marcio Seligmann-Silva, em *Passagem para o Outro como tarefa* (2022, p. 27), reflete sobre a noção de alteridade, tendo em vista a relação que se forja entre o Norte e o Sul naquilo que o autor denomina movimento de "autoafirmação cultural", que consiste na "necessidade de afirmação do "próprio", do "específico", e, por outro lado, o momento de afirmação da universalidade da cultura". Como destaca o teórico, "O 'próprio' necessita ao mesmo tempo da diferença e da identidade com o outro" (Seligmann-Silva, 2022, p. 75). Como afirma Derrida:

> A nossa questão é sempre a identidade. O que é a identidade, conceito de que a transparente identidade a si é sempre dogmaticamente pressuposta por tantos debates sabre o monoculturalismo ou sobre o multiculturalismo, sobre a nacionalidade, a cidadania, a pertença em geral? (Derrida, 2001, p. 27).

Trata-se da inclusão que preserva a diferença ou da "exclusão inclusiva". Com efeito, o fortalecimento da imagem daquilo que é canônico e central precisa ser afirmado culturalmente por meio de uma inclusão que é paradoxalmente exclusiva.

Ao mesmo tempo, Seligmann-Silva (2022) ressalta como a própria concepção de cultura

nacional, importante no trabalho de pesquisa do tradutor moderno tem relação estrita com a ideia e a concepção do modelo de Estados nacionais do final do XVIII. Deste modo, pensar a relação entre as culturas – e consequentemente da tradução entre elas, eximindo-se do campo social e político deixa de projetar a dinâmica geopolítica que André Lefevere já destacara com o conceito de patronagem, isto é, ao poder que instituições ou agentes de diferentes âmbitos exercem no funcionamento do sistema literário. Nesse mesmo sentido, Antoine Berman (2002) desenvolve a ideia de ética da tradução justamente para relacionar à ética da prática tradutória o desejo de descentramento, de mudança de paradigma. Isso fica claro na famosa passagem de *A prova do estrangeiro*: "A essência da tradução é de ser abertura, diálogo, mestiçagem, descentramento. Ela é relação ou não é nada" (Berman, 2002, p. 150).

No entanto, a ideia de mestiçagem entre o Norte e o Sul não é tão simples quanto parece. No processo de reconhecimento do outro e de uma prática de tradução que seja diálogo, é inevitável que se instituam jogos de poder e que o acolhimento da outra cultura acabe por exoticizá-la, colocando-a sempre à margem, em uma prateleira específica com uma suposta inclusão. Em outras palavras: "Mas essa concepção da abertura do eu à inseminação do outro precisa ser complementada com uma economia política da tradução" (Seligmann-Silva, 2022, p. 36). Quando traçamos essa relação Norte versus Sul, estamos inevitavelmente falando de um processo tradutório que é impositivo. Ou como afirma Lawrence Venuti (2002):

> [A tradução] tem sido compulsória, imposta primeiro pela introdução das línguas coloniais entre as regionais e vernáculas e, mais tarde, depois da descolonização, pela necessidade de tráfego nas línguas francas hegemônicas para preservar a autonomia política e promover crescimento econômico (Venuti, 2002, p. 297).

O que queremos destacar nessa seção é como o processo de neocolonização do final do século XIX, alinhada ao fortalecimento dos Estados-nação a partir do fim do XVIII, influencia no processo de traduzir a cultura do outro. As culturas seguiram um caminho de exotização e, consequentemente, de outrificação. O que é mais irônico é como ao longo do século XX, especialmente o mundo ocidental, adentra naquilo que Bonaventure Ndikung denomina "canabalização da outridade", "ou seja, um movimento sobretudo ocidental de incorporação de seus "outros", acompanhado, no entanto, pela criação brutal de novas "outrizações", voltadas principalmente contra o mundo árabe, movimento que chama de "regurgitação de outridade" (Seligmann-Silva, 2022, p. 61). O autor vai ainda mais longe, ao afirmar que "Além da "comoditização do 'outro' e da 'outridade', Ndikung vê nesses eventos a construção de uma "geographical specification-ing" que anula a complexidade e objetifica as culturas supostamente homenageadas" (Seligmann-Silva, 2022, pp. 37–38).

Ora, não pretendemos preconizar que não se recuperem minorias marginalizadas historicamente. O que queremos é sublinhar como a prática de recuperação apresenta uma outra face implícita, que pode ser revelada através de uma análise que não ignore componentes políticos e históricos na relação entre diferentes culturas e espaços. Do mesmo modo, a relação entre um "eu" e um "outro", sempre arrasta consigo questões de língua, de cultura, de tradição, de memória, de história, de hegemonia e de dominação.

Aqui entramos em dois polos centrais para o nosso pensamento: hegemonia e dominação.

Como afirma Seligmann-Silva (2022, p. 35), ao concebermos a tradução como uma modalidade de relação com o "outro", "ela pode e deve ser pensada e praticada contra a violência neocolonial e não, como ocorre frequentemente, no sentido de se reproduzir essa violência". Uma possível solução para combater a violência neocolonial se dá através da desoutrização, ou tradução como método de *Disothering*, seguindo as palavras de Márcio Seligmann-Silva (2022, p. 35), deslocando o "outro" da categoria do estranho, "do sem-casa, do sem-subjetividade, condenado ao desabrigo existencial". Nesse sentido, a atuação do tradutor-pesquisador não apenas na seleção, mas também na concepção de diferentes formas de paratexto mantém um papel central no processo de desoutrização.

4. Tradução da tradução: possíveis reflexões

Nesta seção discutiremos o nosso processo de tradução do artigo de Charles Girard, *Les Andes, la Cordillère et la Amazonie* (1889), tendo em vista dois aspectos centrais. Verificaremos como foi construído o processo de tradução de um texto do século XIX escrito em francês e traduzido por dois latino-americanos no século XXI. Aqui é relevante observar como o olhar outrificador de um médico que circulou sempre no Norte se revela para tradutores que nasceram e vivem no Sul. Durante o processo de pesquisa e de tradução, tivemos que nos confrontar com a hesitação e a dúvida e a indecisão com determinados léxicos referentes sobretudo – mas não só – à zoologia amazônica.

No Quadro 1, há a referência a um importante explorador francês, que na tradução é apresentado como Onffroy de Thoron. No processo de pesquisa na *Gallica*[3] verificamos que seu nome de batismo é Jules-Henry Onffroy de Vérez. No processo de tradução discutimos se optaríamos pela manutenção da forma como o explorador era conhecido em seu tempo ou se optaríamos por seu nome de batismo e a forma como ele ficou conhecido historicamente. Aqui há um embate entre cronotopos e, ao mesmo tempo, entre estratégias de acessibilidade do texto ao leitor contemporâneo. Entretanto, mais do que projetar a melhor escolha para o leitor brasileiro do século XXI, vale ressaltar que também buscamos reciprocidade com o texto de partida e que Onffroy de Thoron era conhecido entre seus pares com essa denominação. Deste modo, preferimos manter sua denominação como no texto de partida e optamos por uma nota de rodapé que alerte o leitor contemporâneo de quem se trata.

[3] *Cf.* https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65455105/f69.item.

Quadro 1: As hesitações com relação a léxicos zoológicos

Un autre voyageur — Onffroy de Thoron — à l'occasion des éruptions du volcan d'Imbabura, parle dans les termes suivants, d'un petit poisson que les indigènes appellent imba. « Ce volcan, dit-il, lance avec des eaux boueuses, une infinité de petits poissons ; et c'est delà que lui vient son nom, dont Tétymologie est imba, petits poissons (pisdculi) et bura qui se traduit bien en espagnol par criádero, c'est-à-dire le lieu, la matrice où ils se sont formés. »	Outro viajante — Onffroy de Thoron — por ocasião das erupções do vulcão Imbabura, fala nos seguintes termos sobre o pequeno peixe que os nativos chamam de "imba". "Este vulcão", disse ele, "lança com águas lamacentas uma infinidade de pequenos peixes; e é daí que vem o seu nome, cuja etimologia é "imba", peixinho (pisciculi), e "bura", traduzido para o espanhol como criadero, ou seja, o local, a matriz onde foram formados».
« Ces poissons, dit-il encore, ne possèdent point l'organe de la vue. »	"Esses peixes", disse ele novamente, "não possuem olhos".

Fonte: Elaboração própria.

Ainda no Quadro 1, vale mencionar o trabalho de pesquisa no que se refere ao peixe "imba", citado por Charles Girard. Em um longo trabalho de pesquisa, verificamos que se trata do peixe cujo nome científico é *Astroblepus ubidiai*, da família Astroblepidae, da ordem dos Siluriformes. Esse peixe tem como habitat os rios andinos da América do Sul, especialmente os do Equador. Como a língua oficial do Equador é o espanhol, na atualidade os nomes mais comuns são "preñadilla" e "gato andino". Enquanto ao português brasileiro, as referências encontradas são do nome científico. Outro ponto a ser considerado é a descrição que o doutor Girard dá mais adiante: "Este vulcão, disse ele, lança com águas lamacentas uma infinidade de pequenos peixes; e é daí que vem o seu nome, cuja etimologia é imba". Trata-se do vulcão Imbabura e a descrição deve ser traduzida com a manutenção do léxico "imba" e "bura" para que possa ser traçada a devida relação entre o vulcão e o peixe.

Nessa relação com o outro, como destacamos na seção anterior, a troca da linguagem popular exclusivamente pela científica acaba por tentar romper um paradigma por um mais erudito e, consequentemente, mais elitista. O olhar que Charles Girard lança para a Amazônia destaca a todo momento como os nativos denominam determinadas espécies e a conduta do tradutor nessa tradução da tradução não deve ser, portanto, "corretora".

No segundo quadro destacamos o ritmo do discurso empregado por Charles Girard e o processo de tradução do ritmo. Vitor Amaral (2024) retoma Henri Meschonnic para destacar como o ritmo mantém relação estreita com a subjetividade, a historicidade do discurso e, finalmente, com a oralidade materializada na escrita. Em outras palavras:

> Se o discurso é a atividade, como diz Humboldt, de um homem "quando ele está falando" — "historicamente só nos diz respeito o homem realmente quando está falando" — o que implica, como Benveniste foi o primeiro a reconhecer e analisar, a inscrição gramatical da quem diz eu [je] no seu discurso, essa enunciação não poderá se restringir a ser lógica ou ideológica. Ela gera uma atividade do sujeito que, de sujeito da enunciação, pode se tornar uma subjetivação do contínuo no contínuo do discurso, rítmico e prosódico (Meschonnic, 2010, p. 12).

Meschonnic (2010, p. 12) afirma ainda que a "organização de uma subjetivação no discurso" transforma os valores da língua "em valores de discurso". Dito de outro modo, não é mais a língua que se traduz – como do francês ao português brasileiro. "É o discurso, e a escrita, que se deve

traduzir". No Quandro 2, tentamos sublinhar a oralidade que Charles Girard imprime em seu discurso e a nossa busca pela reciprocidade entre o ritmo do texto de partida e a nossa tradução ao português. Isso fica claro, sobretudo, no final do trecho seguinte. No processo de tradução nos pareceu necessária a quebra do período final e o ajustamos em períodos mais curtos, que parecem se adequar ao ritmo do português brasileiro contemporâneo.

Quadro 2: Ritmo no discurso

Des collecteurs, voire des naturalistes voyageurs, ont trop souvent perdu de vue l'intérêt tout-puissant qu'il y avait à noter d'une manière précise l'habitat des animaux qu'ils récoltaient. Dire par exemple que tel animal habite le Chili, tel autre le Pérou ou l'Equateur, ne peut suffire. Et lorsqu'il s'agit de faunes fluviatiles, la précision s'impose encore d'avantage, particulièrement quand l'on se trouve en présence de nombreux cours d'eau, dont les sources, à proximité les unes des autres, appartiennent néanmoins à des réseaux hydrographiques différents, comme c'est ici le cas.	Alguns colecionadores, e até mesmo naturalistas viajantes, muitas vezes perdem de vista o absoluto interesse em registrar com precisão o habitat dos animais que coletaram. Por exemplo, dizer que este animal vive no Chile, outro no Peru ou no Equador, não é suficiente. E quando se trata de fauna fluvial, a precisão é ainda mais essencial. Principalmente quando há inúmeros cursos d'água, cujas nascentes, próximas umas das outras, pertencem, no entanto, a redes hidrográficas distintas, como é o caso aqui.

Fonte: Elaboração própria.

No trecho abaixo, apresentamos uma questão lexical importante no que se refere à nomenclatura de um importante rio do Equador (Quadro 3):

Quadro 3: Questões históricas e lexicais

Tous devront être explorés jusqu'à leurs sources, car tels petits poissons que l'on trouvera dans les ruisseaux et rivières au sortir des montagnes, ne se retrouveront plus dans leur cours moyen, qui nourrit d'autres espèces. Exemple, le volcan d'Antisana : les plaines de l'intérieur de ce massif sont sillonnées, nous l'avons dit, par le Rio Tinagillos, qui en sort sous le nom de Rio de Quixos. Il peut se faire que «le Rio Tinagillos donnât asile à des poissons que l'on demanderait en vain au Rio de Quixos, mais que l'on retrouverait dans les eaux souterraines de ce volcan.	Todos deverão ser explorados até as suas nascentes, pois os pequenos peixes que serão encontrados nos riachos e nos rios que saem das montanhas não serão mais encontrados no seu curso médio, o qual alimenta outras espécies. Por exemplo, o vulcão Antisana: as planícies do interior desse maciço são cortadas, como já dissemos, pelo Rio Tinagillos, que surge com o nome de Rio de Quijos. Pode ser que "o Rio Tinagillos tenha abrigado peixes que procurariam em vão no Rio de Quijos, mas que seriam encontradas nas águas subterrâneas desse vulcão.

Fonte: Elaboração própria.

Em diferentes momentos do relatório há nomenclaturas que demandaram extensa pesquisa. Um grande complicador nesse processo foi a citação a rios que no século XIX recebiam popularmente diferentes denominações e que chegaram ao doutor Charles Girard. Em muitos casos, o pesquisador não cita a fonte da denominação do rio, como no caso do exemplo acima, que se refere ao rio Tinagillos. No processo de tradução, não conseguimos encontrar nenhuma referência a esse nome, mesmo com a referência dada pelo pesquisador franco-americano. Atualmente, o rio recebe apenas a denominação de Quijos, sem qualquer referência a Tinagillos. Mais uma vez, não poderíamos retirar a referência dada por Charles Girard, porque ela se configura como um documento histórico e possibilita que estudiosos da área possam conhecer um sinônimo do topônimo desse rio que passa pelo Equador. Isto é, a atualização do léxico produziria uma espécie

de domesticação geográfica, uma atualização que pode facilitar a visualização no mapa para o leitor contemporâneo, mas que elimina a possibilidade de conhecimento histórico e geográfico da região retratada por Charles Girard.

5. Conclusão

Ao longo deste artigo, nos confrontamos com o relato de Charles Fréreric Girard, a partir da ideia de relação de um "eu" com o "outro". A referência a Ferdinand Denis é essencial na medida em que, desde o início do século XIX, houve um projeto de conhecer o Novo Mundo. Nessa relação entre o Novo e o Velho a ideia de História universal era composta, mantendo consigo a marginalização do que não se insere no paradigma europeu e central. Isto é, era necessário traduzir o "outro", mas retirá-lo da posição supostamente marginal nunca foi o objetivo.

Ao longo deste trabalho, dialogamos com a proposta de tradução cultural empreendida pelo pesquisador franco-estadunidense, mas, ao mesmo tempo, tivemos que refletir sobre o nosso processo de tradução, considerando nossas escolhas tradutórias e o contexto histórico no qual o texto de partida está inserido. Com efeito, as imprecisões e definições elaboradas sem catalogações precisas e já consolidadas foi um desafio com o qual tivemos que lidar. A opção por realizar uma extensa pesquisa e tentar corrigir lapsos em um texto produzido quando a biosfera da Amazônia ainda não havia sido pesquisada mantém relação com o processo de desoutrizar a cultura de países do Sul. A ética da tradução passa pela correção de um olhar que inevitavelmente outrifica uma cultura e o relega à excentricidade.

Referências

Coudreau, H. A. (1887). *Les indiens de l'Amazonie*. Librarie d'éducation nationale.

Coudreau, H. A. (2023). Os indígenas da Amazônia (M. J. S. Alves, J. G. S. Fernandes & A. Debibakas, Trads.). *Cadernos de Tradução, 43*(esp. 2), 336–368. https://doi.org/10.5007/2175-7968.2023.e96114.

Fernandes, J. G. (2011). *Pés que andam, pés que dançam*. UEPA.

Garrido, C. M. (1940). *Fortificações do Brasil*. In Ministério da Marina, *Subsídios para a História Marítima do Brasil* (Separata do Vol. III; pp. 279–459). Imprensa Naval.

Magalhães, M. P. (2006). Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, *1*(3), 33–59. https://doi.org/10.1590/S1981-81222006000300002

Meu Amapá na História. (2013, 13 de dezembro). Fortaleza de São José de Macapá: marco da conquista da Amazônia para o Brasil. *Meu Amapá na História*. https://meuamapanahistoria.blogspot.com/2013/12/fortaleza-de-sao-jose-de-macapa-marco.html

Raguet, C. (2023). Existem limites na tradução transcultural? (C. Nascimento & S. M. Santos). In S. M. Santos (Org.), *Traduzindo à margem* (pp. 39–61). Pedro & João.

Ricoeur, P. (2011). *Sobre a tradução* (P. Lavelle, Trad.). UFMG.

TV5 Monde. (n.d.). Peuplade. In *Dictionnaire TV5 Monde*. https://langue-francaise.tv5monde.com/decouvrir/dictionnaire/p/peuplade

L'AMAZONIE CONTESTÉE ENTRE LA FRANCE ET LE BRÉSIL	A AMAZÔNIA CONTESTADA ENTRE A FRANÇA E O BRASIL
Il y a là une nouvelle colonie dont il s'agirait pour la France de faire l'acquisition. Le moment est peut-être mal choisi pour parler de nouvelles opérations coloniales. La politique de ce qu'on appelle le recueillement est tout à fait à l'ordre du jour. L'opinion publique, assure-t-on, demande clairement que la France s'enferme dans une épaisse muraille de la Chine, avec une seule petite lucarne ménagée sur le Rhin. Aussi n'entends-je point partir en guerre, faire manœuvrer des flottes, dégarnir la frontière de l'Est, demander de nouveaux crédits aux Chambres. Il ne s'agit pas de refaire ailleurs la campagne du Tonkin. Tout au contraire, il s'agit de rendre à jamais impossible, sur une des frontières de notre empire colonial, une complication qui pourrait avoir les suites les plus graves. Ma nouvelle colonie est colonie française depuis environ deux cents ans. Non pas que nous en soyons à revendiquer sur elle, comme sur tel territoire africain, des droits diplomatiques plus ou moins contestables, droits formellement niés par quelque redoutable armée d'anthropoïdes belliqueux : non. C'est simplement un vaste et beau territoire où l'on ne trouve ni Hovas, ni Pavillons-Noirs, ni influences anglaises, ni intrigues chinoises ; un territoire resté jusqu'à ce jour contesté entre la France et une autre nation, une nation amie. Entre notre champ et le champ du voisin se trouvent quelques sillons indivis. « Je vous en abandonne la moitié, a déjà dit le voisin. — Non, avons-nous répondu ; non, nous en voulons les deux tiers. » Toutefois, du moment que le voisin nous a déjà offert de partager, nous ne pouvons effacer de notre entendement cette notion que nous avons là une possession virtuelle. Cette possession, pour être indéterminée dans ses limites, n'en a pas moins une existence positive ; et le jour où, en délimitant la frontière, nous fermerons une porte toujours ouverte à un conflit possible, cette possession deviendra inévitablement une colonie nouvelle. Ce n'est pas sans quelque réserve que je puis traiter aujourd'hui une question comme celle du	Há uma nova colônia pela qual a França se interessa em adquirir. O momento pode não ser o mais oportuno para falar de novas operações coloniais. A política, disso que chamamos o recolhimento, é nesse momento a pauta da discussão. A opinião pública assegura claramente que a França se fecha em uma espessa Muralha da China com somente uma pequena lucerna no Reno. Tanto que não pretendo ir à guerra, manobrar frotas, desaguar a fronteira do Leste, pedir novos créditos às Câmaras. Não se trata de refazer além do campo de Tonquim. Pelo contrário, trata-se de não se entregar ao impossível, sobre uma das fronteiras de nosso império colonial, uma complicação que poderia ter consequências das mais graves. Minha nova colônia é colônia francesa há aproximadamente duzentos anos. Não que estejamos a reivindicar sobre ela, assim como no território africano, direitos diplomáticos mais ou menos contestáveis, direitos formalmente negados por algum temível exército de guerreiros antropoides: não. É simplesmente um vasto e belo território onde não se encontram Hovas, nem Bandeiras-Negras, nem influências inglesas, nem intrigas chinesas; um território que permanece até hoje contestado entre a França e uma outra nação, uma nação amiga. Entre nosso campo e o campo do vizinho encontram-se alguns sulcos indivisos. "Eu vos deixo a metade, já disse o vizinho. — Não, respondemos; não, nós queremos dois terços." No entanto, a partir do momento que o vizinho nos ofereceu para compartilhar, nós não podemos apagar do nosso entendimento esta noção de que temos uma posse virtual. Essa posse, por ser indeterminada em seus limites, não deixa de ter uma existência positiva; e no dia em que, delimitando a fronteira, nós fecharmos uma porta ainda aberta a um possível conflito, essa posse se tornará inevitavelmente uma nova colônia. Não é sem alguma reserva que eu posso tratar, hoje, de uma questão como essa do contestado

contesté franco brésilien. On sait combien intimement j'ai été mêlé aux derniers événements diplomatiques auxquels elle a donné lieu, et combien j'ai payé pour la connaître. La question, pour être secondaire, ne cesse pas d'être brûlante, et le rôle qu'elle m'a fait jouer récemment pourrait faire croire que je force intentionnellement la note. Cependant j'ai trop de patriotisme pour faire autre chose qu'un exposé purement scientifique et désintéressé des faits, d'ailleurs assez intéressants en eux-mêmes, et assez graves. Je n'ai jamais eu d'autre but que d'essayer de vulgariser la notion du différend franco-brésilien, afin d'arriver à obtenir le plus tôt possible une solution pacifique. Solution qui rendrait à jamais impossible un conflit qu'il est toujours permis de craindre ; solution qui resserrerait les liens d'amitié qui unissent la France et le Brésil ; solution qui assurerait à la France la possession d'un territoire qui sera la partie la plus belle, la plus utile de nos possessions américaines. La limite méridionale de la Guyane française n'a jamais été définitivement fixée. Les territoires qui se trouvent entre l'Oyapock et l'Amazone, à diverses reprises occupées, puis abandonnés par la France, sont, en somme, restés toujours à l'état de marche neutre à peu près inutilisée. Les populations de cette contrée vivent aujourd'hui dans un état anarchique, en dehors des influences française et brésilienne. Il faut parler successivement des négociations, des traités, des actes belliqueux auxquels ont donné lieu ces terres contestées, de ces terres elles-mêmes telles que je les ai vues pendant le voyage que j'ai accompli dans la Guyane centrale pendant les années 1883, 1884 et 1885, de l'intérêt qu'il y aurait pour la France à vider de suite la question, et enfin du procédé qui paraît le plus propre à régler ce différend séculaire.	franco-brasileiro. Sabe-se quão intimamente estive envolvido nos últimos acontecimentos diplomáticos que se passaram, e quanto paguei para conhecê-lo. A questão, por ser secundária, não deixa de ser veemente, e o papel que desempenhei recentemente poderia fazer crer que eu forço intencionalmente a nota. No entanto, sou demasiadamente patriota para fazer apenas uma exposição puramente científica e desinteressada dos fatos, aliás bastante interessantes em si, e bastante graves. Nunca tive outro objetivo senão tentar popularizar a noção do diferendo franco-brasileiro, a fim de chegar o quanto antes a uma solução pacífica. Solução que tornaria impossível para sempre um conflito que é sempre permitido temer; solução que estreitaria os laços de amizade que unem a França e o Brasil; solução que garantiria à França a posse de um território que será a parte mais bela, a mais útil das nossas posses americanas. O limite meridional da Guiana Francesa nunca foi definitivamente fixado. Os territórios que se encontram entre o Oiapoque e o Amazonas, várias vezes ocupados, e depois abandonados pela França, permaneceram, em suma, sempre em estado de marcha neutra, praticamente inutilizados. As populações dessa região vivem hoje em um estado anárquico, fora das influências francesa e brasileira. É preciso falar sucessivamente das negociações, dos tratados, dos atos bélicos aos quais deram origem essas terras contestadas, e dessas terras propriamente ditas, tais como as vi durante a viagem que fiz à Guiana Central durante os anos de 1883, 1884 e 1885, do interesse que haveria para a França em concluir de imediato a questão e, finalmente, do processo que parece ser o mais adequado para resolver este diferendo secular.
Historique diplomatique des territoires contestés de Guyane. Au XVIème siècle, la France avait nominalement la possession de la totalité de la Guyane, mais elle ne cherchait point à occuper toute la contrée,	**Histórico diplomático dos territórios contestados da Guiana.** No século XVI, a França tinha nominalmente a posse da totalidade da Guiana, mas não procurava ocupar toda a terra. Absorvida pelas

absorbée par les guerres d'Italie, puis par les guerres de religion, elle laissait, avec indifférence, Espagnols et Portugais s'adjuger la plus grande partie des terres du nouveau monde.
Lorsque, en 1664, la première colonie française un peu importante fut fondée en Guyane, notre possession ne comprenait déjà plus, même nominalement, la totalité de la grande île fluviale américaine, mais seulement les territoires entre le Maroni, l'Amazone et le Rio-Negro. Entre le Maroni et l'Orénoque, les Hollandais avaient installé des colonies. Pour nous, nous n'occupâmes même pas toute notre possession nominale d'entre Maroni, Amazone et Rio-Negro. Nous nous bornâmes à faire un commerce d'échange avec les Indiens de la côte, de Cayenne à l'embouchure du grand fleuve. Le grand fleuve, nous ne l'explorâmes point. C'est alors que les Portugais, voyant l'état d'abandon dans lequel nous laissions cette partie de notre colonie, songèrent sérieusement à nous évincer de la rive septentrionale de l'Amazone.

En 1688, le gouvernement de Lisbonne faisait établir, sur la rive nord du bas Amazone, cinq petits postes fortifiés : Desterro, à l'embouchure du Paru ; Tohéré, près de celle du Jary ; et, un peu plus bas, Sao-Antonio de Macapá, Arauari et Canaú. Louis XIV fit alors affirmer par M. de Férolles gouverneur de Cayenne, les droits de la monarchie française sur toutes les terres du bassin septentrional du fleuve. Le gouvernement portugais ayant refusé de reconnaître bien fondées les prétentions du gouvernement français, M. de Férolles, sur l'ordre de Louis XIV, en mai 1697, en pleine paix, enleva et occupa Sao-Antonio de Macapá, et détruisit les quatre autres forts. C'est le premier acte belliqueux auquel donne lieu la question de ces territoires contestés. « M. de Férolles, dit le Mercure galant de l'époque, exécuta avec beaucoup de valeur et peu de troupes les ordres qu'il reçut de la cour d'aller chasser les Portugais des forts qu'ils avaient construits sur la rive septentrionale de la rivière des Amazones vers son embouchure. Avec 90 hommes il chassa 200 Portugais soutenus par 600 Indiens, rasa les forts, à l'exception de celui de Macapá dans lequel il

guerras da Itália, e depois pelas guerras religiosas, ela deixava, com indiferença, espanhóis e portugueses conquistarem a maior parte das terras do Novo Mundo.
Foi quando, em 1664, a primeira colônia francesa de certa importância foi fundada na Guiana. Nossa posse (francesa) não compreendia ainda, mesmo nominalmente, a totalidade da grande ilha fluvial americana, mas somente os territórios entre o Maroni, o Amazonas e o Rio Negro. Entre o Maroni e o Orinoco, os holandeses já haviam instalado colônias. Quanto a nós, nem sequer ocupamos toda a nossa posse nominal entre o Maroni, o Amazonas e o Rio Negro. Limitamo-nos a fazer um comércio de trocas com os indígenas da costa, de Caiena à foz do grande rio. Quanto ao grande rio, nós ainda não o exploramos. Foi então que os portugueses, vendo o estado de abandono em que deixávamos essa parte da nossa colônia, pensaram seriamente em expulsar-nos da margem setentrional do Amazonas.

Em 1688, o governo de Lisboa estabeleceu, na margem norte do baixo Amazonas, cinco pequenos postos fortificados: Desterro, na foz do Paru; Toerê, perto da foz do Jari; e, um pouco mais abaixo, Santo Antônio de Macapá, Arauari e Canaú. Luís XIV então designou ao Sr. Férolles, governador de Caiena, os direitos da monarquia francesa sobre todas as terras da bacia setentrional do rio. Tendo o Governo português recusado reconhecer as bem fundadas pretensões do Governo francês, o Sr. Férolles, por ordem de Luís XIV, em maio de 1697, em plena paz, invadiu e ocupou Santo Antônio de Macapá e destruiu os outros quatro fortes. Foi o primeiro ato bélico a que dá lugar a questão destes territórios contestados. "O Sr. Férolles", diz o Mercúrio galante [revista] da época, "executou com grande valor e poucas tropas as ordens que recebeu da corte de expulsar os portugueses dos fortes que eles haviam construído na margem setentrional do rio das Amazonas para a sua foz. Com 90 homens, afugentou 200 portugueses apoiados por 600 indígenas, arrasou os fortes, com excepção do de Macapá, no qual deixou guarnição e depois

laissa garnison, puis revint à Cayenne avec les cinq ou six embarcations qui avaient servi à cette entreprise ». Ce fait d'armes fut inutile : la petite garnison ne put se maintenir qu'un mois à Macapá, et les Portugais réoccupèrent le poste après nous en avoir chassés.	regressou a Caiena com as cinco ou seis embarcações que haviam servido a esta empreitada". Esse evento com uso de armas foi inútil: a pequena guarnição só pôde manter-se um mês em Macapá, e os portugueses reocuparam o posto depois de nos terem expulsado.
La première convention diplomatique essayant de régler le différend est du 4 mars 1700. Des négociations eurent lieu à la suite de l'affaire de Macapá, et ces négociations furent suivies d'un traité provisionnel. Le roi de France s'engageait à s'abstenir provisoirement de faire aucun établissement sur la rive nord, mais le roi de Portugal ferait détruire Macapá et ne prendrait aucune position sur la rive litigieuse, provisoirement neutre. Conformément au traité, le Portugal détruisit Macapá.	A primeira convenção diplomática que tentou resolver a disputa foi em 4 de março de 1700. As negociações ocorreram após o caso de Macapá e foram seguidas por um tratado provisório. O rei da França comprometeu-se a se abster provisoriamente de fazer qualquer estabelecimento na margem Norte, mas o rei de Portugal destruiria Macapá e não tomaria qualquer posição na margem litigiosa, provisoriamente neutra. Conforme o tratado, Portugal destruiu Macapá.
En 1701 fut conclu un second traité. C'était à l'époque de la guerre de la succession d'Espagne, Louis XIV recherchait l'alliance du Portugal. Pour obtenir cette alliance il renonça solennellement aux prétentions que la monarchie française avait jusqu'alors maintenues sur la province de Maragnon au sud de l'Amazone. La question de la rive nord était toujours réservée.	Em 1701, concluiu-se um segundo tratado. Foi na época da Guerra da Sucessão Espanhola, e Luís XIV buscava a aliança de Portugal. Para obter essa aliança, ele renunciou solenemente às pretensões que a monarquia francesa tinha mantido até então sobre a província do Maranhão. A questão da margem norte estava sempre reservada.
C'est le traité d'Utrecht, du 11 avril 1713, qui est censé terminer le différend. En réalité, il n'a servi qu'à le prolonger jusqu'à nos jours.	Seria o Tratado de Utrecht, de 11 de abril de 1713, que deveria terminar a disputa. Mas, na realidade, serviu apenas para prolongá-la até os dias de hoje.
Ce traité, au lieu d'en finir avec un conflit qui durait depuis vingt-cinq ans, le rendit, pour l'avenir, diplomatiquement insoluble. Le plénipotentiaire portugais, le comte de Taruca, étant, comme le dit complaisamment le protocole, « parfaitement éclairé sur la question, » n'eut pas de peine à mystifier notre envoyé, un général-diplomate appelé M. d'Huxelles, fort peu au courant des difficultés géographiques qu'on lui proposait, et d'ailleurs bien connu pour être aussi maladroit diplomate que pitoyable capitaine.	Esse tratado, em vez de acabar com um conflito que durava vinte e cinco anos, tornou-o, futuramente, diplomaticamente insolúvel. O plenipotenciário português, o Conde de Taruca, sendo, como diz complacentemente o protocolo, "perfeitamente esclarecido sobre a questão", não teve dificuldade em ludibriar o nosso enviado, um general-diplomata chamado Sr. Huxelles, bem pouco a par das dificuldades geográficas que lhe propunham, e, aliás, bem conhecido por ser tão desajeitado diplomata quanto lamentável capitão.
Ce fameux traité d'Utrecht dit, en substance, que la France renonce aux terres du cap de Nord situées entre la rivière des Amazones et celle de Vincent-Pinçon; que la navigation de l'Amazone, ainsi que les deux bords, les deux rives du fleuve, appartiendront au Portugal, que la rivière de Vincent Pinçon ou de Japoc servira de limite aux	Esse famoso Tratado de Utrecht diz, em essência, que a França renuncia às terras do Cabo do Norte situadas entre o rio das Amazonas e o de Vicente Pinçon; que a navegação do Amazonas, bem como as duas orlas, as duas margens do rio, pertencerão a Portugal, que o rio de Vicente Pinçon ou de Japoc servirá de limite às duas

deux colonies. Les Portugais pourront reconstruire les forts de Macapá, Arauari et Camaú.	colônias. Os portugueses poderão reconstruir os fortes de Macapá, Arauari e Camaú.
Cette rivière de Vincent-Pinçon ou de Japoc, frontière des deux colonies, n'est indiquée ni en latitude ni en longitude ; de plus, le traité n'indique que le point de départ à la côte de cette frontière, et ne parle nullement de l'attribution des terres de l'intérieur. De là double difficulté : pour ce qui est de la frontière de la côte, jamais personne ne sut où placer exactement la rivière de Vincent-Pinçon ou Japoc, pas plus que le vrai cap de Nord. Pour ce qui est de l'intérieur, le traité dit que les deux bords, les deux rives de l'Amazone appartiendront au Portugal. Mais les territoires des Tumuc-Humac méridionales et de l'Equateur guyanais ne sont pas sur le bord, sur la rive de l'Amazone : par où donc faire passer la ligne de démarcation ?	Este rio de Vicente Pinçon ou de Japoc, fronteira das duas colônias, não é indicado nem em latitude nem em longitude; além disso, o tratado indica apenas o ponto de partida na costa dessa fronteira, e não fala de forma alguma da atribuição das terras do interior. Daí a dupla dificuldade: no que se refere à fronteira da costa, nunca ninguém soube exatamente onde localizar o rio de Vicente Pinçon ou Japoc, nem o verdadeiro Cabo do Norte. Quanto ao interior, o tratado diz que as duas orlas, as duas margens do Amazonas, pertencerão a Portugal. Mas os territórios do Tumucumaque meridional e do Equador guianense não estão na orla, na margem do Amazonas: por onde passar a linha de demarcação?
Que veut dire ce Japoc qu'on n'avait vu jusqu'alors figurer sur aucune carte ? Quelle est la rivière où aborda Vincent Pinçon ? La relation de voyage du navigateur ne nous apprend rien de bien précis à cet égard. Il me semble, à moi, que la rivière de Vincent-Pinçon ne doit-être autre que l'Amazone ; mais les Brésiliens, de leur côté, disent que c'est de l'Oyapock qu'il s'agit.	O que significa esse Japoc que nunca tinha sido visto em nenhum mapa? Qual é o rio aonde Vicente Pinçon chegou? A relação de viagem do navegador não nos diz nada de específico a esse respeito. Parece-me que o rio de Vicente Pinçon não deve ser outro senão o Amazonas; mas os brasileiros dizem que é do Oiapoque que se trata.
Aussitôt après le traité d'Utrecht, les Portugais occupèrent la rive septentrionale de l'Amazone, jusqu'au sud de l'île Maraca. On commença dès lors à disputer officiellement sur la position exacte du cap de Nord et celle de la rivière de Vincent-Pinçon. Les Portugais écrasèrent quelques peuplades indiennes de la rive nord qui s'obstinaient à faire des échanges avec Cayenne, et ils envoyèrent dans l'intérieur des missionnaires jusqu'à l'Oyapock. De notre côté, en 1722, nous dépêchâmes un détachement pour s'emparer de Moribira, dans l'île des Guaribas, aux portes de Pará, et ce détachement se maintint un an dans le poste conquis. Le tout, en explication du traité d'Utrecht.	Logo após o Tratado de Utrecht, os portugueses ocuparam a margem setentrional do Amazonas, até o Sul da ilha de Maracá. Começou-se, então, a disputar oficialmente a posição exata do Cabo do Norte e a do rio de Vicente Pinçon. Os portugueses exterminaram alguns povoados indígenas da margem Norte que se obstinavam em fazer trocas com Caiena e enviaram missionários para o interior até o Oiapoque. Do lado francês, em 1722, enviamos um destacamento para tomar Murubira, na Ilha dos Guaribas, na entrada do Pará, e este destacamento manteve-se durante um ano no posto conquistado. Tudo isso retomamos para explicar o Tratado de Utrecht.
En 1723, toujours pour expliquer le traité d'Utrecht, Gama, gouverneur de Para, fit rechercher par Paes do Amaral les anciennes bornes de marbre élevées par ordre de Charles Quint, en 1543, entre les possessions de l'Espagne et celles du Portugal. Ces bornes	Em 1723, ainda para explicar o Tratado de Utrecht, Gama, governador do Pará, fez com que Paes do Amaral procurasse os antigos marcos de mármore elevados por ordem de Carlos V, em 1543, entre as possessões da Espanha e as de Portugal. Esses marcos antigos, por si mesmos,

antiques, en elles-mêmes ne signifiaient pas grand-chose. Mais la recherche qu'on en fit sert à nous prouver que, quelques années seulement après avoir été signé, le traité d'Utrecht fut réputé, du moins dans ses détails, officiellement inintelligible. Paes do Amaral découvrit les bornes par 1° 30, de latitude Nord, à l'embouchure d'une rivière qu'il appelle Wiapoc ou Vincent-Pinçon, et que sa détermination astronomique nous indique clairement être l'Araguary.	não significavam muito. Mas a pesquisa que foi feita serve para nos provar que, apenas alguns anos depois de ser assinado, o Tratado de Utrecht foi considerado, pelo menos em seus detalhes, como oficialmente ininteligível. Paes do Amaral descobriu os limites por 1° 30, de latitude Norte, na foz de um rio que ele chama de Wiapoc ou Vicente Pinçon, e que sua determinação astronômica nos diz claramente ser o Araguari.
Aussitôt après, le gouvernement français ayant été informé de la découverte d'Amaral, d'Ovillers, gouverneur de Cayenne, reçut l'ordre d'agir en conséquence, et toute la côte, de l'Oyapock à l'Araguary, fut effectivement annexée à la colonie de Cayenne. De leur côté, les Portugais, fort irrités, affirmèrent officiellement, pour la première fois, leurs prétentions à la possession de la rive droite de l'Oyapock, et, pour justifier leurs revendications, ils firent chercher, à l'embouchure de ce fleuve, à la montagne d'Argent, les fameuses bornes de Charles-Quint, lesquelles ayant été déjà trouvées à l'Araguary ne devaient pas se retrouver autre part. D'ailleurs, l'interprétation du traité d'Utrecht continuait de part et d'autre : les Portugais faisaient, dans l'intérieur, de grandes razzias d'Indiens jusqu'à l'Oyapock, et nous, nous confisquions les barques portugaises jusqu'à l'île de Marajó.	Logo depois, o governo francês, tendo sido informado da descoberta de Amaral, d'Ovillers, governador de Caiena, recebeu a ordem de agir em consequência, e toda a costa, do Oiapoque ao Araguari, foi efetivamente anexada à colônia de Caiena. Por outro lado, os portugueses, muito irritados, afirmaram oficialmente, pela primeira vez, as suas pretensões de posse da margem direita do rio Oiapoque, e, para justificar as suas reivindicações, mandaram procurar, na foz deste rio, na Montanha de Prata, os famosos marcos de Carlos V, os quais já tinham sido encontrados no Araguari, e que não poderiam ser encontrados em outro lugar. Além disso, a interpretação do Tratado de Utrecht continuava de um lado e de outro: os portugueses faziam, no interior, grandes investidas contra indígenas até o Oiapoque, e nós confiscávamos os barcos portugueses até a Ilha de Marajó.
Sur ces entrefaites, en 1731, des négociations furent entamées entre le gouverneur de Pará et celui de Cayenne, tous deux agents de leur gouvernement respectif. Ces négociations avaient pour but d'arriver à délimiter la frontière des territoires litigieux. Ces négociations aboutirent à l'accord de 1736, qui nous laisse, chose historiquement fort importante, la libre pratique des terres situées au nord de l'embouchure de l'Amazone.	Entretanto, em 1731, foram iniciadas negociações entre o governador do Pará e o de Caiena, ambos agentes do respectivo governo. Essas negociações tinham por objetivo chegar a delimitar a fronteira dos territórios contestados. Essas negociações culminaram no acordo de 1736, que nos deixa, algo historicamente muito importante, o livre uso das terras situadas a Norte da foz do Amazonas.
Cet accord était une espèce de désistement de la part du Portugal. Et pendant près de soixante années, de 1736 à 1794, nous usâmes si largement de ce désistement et pratiquâmes si librement les côtes au nord de l'embouchure de l'Amazone, que, plusieurs fois, les autorités portugaises purent faire saisir des barques	Esse acordo era uma espécie de desistência por parte de Portugal. E durante quase sessenta anos, de 1736 a 1794, usamos tão amplamente tal renúncia e frequentamos tão livremente as costas ao Norte da foz do Amazonas, que, várias vezes, as autoridades portuguesas puderam mandar apreender barcos franceses que pescavam nas

françaises pêchant dans les parages de Pará. Aussi, en 1764, le Portugal, pour protéger sa rive nord de l'Amazone, de moins en moins respectée par nous, dut-il construire le fort de Sao-José de Macapa, non loin de l'emplacement de l'ancien fort de Sao-Antonio. A cette époque, le gouvernement français était bien possesseur, de fait et de droit, de toute la côte entre l'Oyapock et le Carapapori, branche nord du delta de l'Araguary. En 1766, Malouet, gouverneur de Cayenne, envoyait au ministre deux mémoires pour établir définitivement et irrévocablement nos droits. En 1774, Fiedmond, successeur de Malouet, faisait faire par le sieur Dessingy, géographe, un relevé de la côte entre l'Oyapock et l'Amazone. Trois ans plus tard, en 1777, le même Fiedmond faisait prendre, sans réclamation de la part du Portugal, possession effective administrative, de la baie qu'on appelait alors Vincent-Pinçon, au sud de Maraca, par l'établissement d'un poste militaire dénommé Vincent-Pinçon ou Carapapori, et d'un village mission installé dans le voisinage, à l'embouchure de la rivière Macari. Un ingénieur-géographe, avec le titre de gardien des limites, fut installé au village-mission. Ce fut d'abord le sieur Labbé, géographe, qui occupa ces fonctions ; puis ce fut le sieur Honlet, autre géographe. Un peu plus tard, en 1780, une mission centrale qui devait devenir importante fut créée à Counani, à mi-chemin, à peu près, entre l'Oyapock et l'Amazone. La frontière officielle de la Guyane française était alors à la côte, le Carapapori, canal naturel jadis important, qui, un peu à l'est de notre village-mission de Macari et de notre poste militaire de Carapapori ou Vincent-Pinçon, déversait l'Araguary dans l'Atlantique. C'est ce bras de Carapapori que Humboldt déclara plus tard être le vrai Vincent-Pinçon. Malheureusement cette branche nord du bas Araguary est maintenant tout à fait obstruée. Il n'y a donc plus à songer à elle pour limite. Pour ce qui est des territoires de l'intérieur, on leur connaissait officiellement, à cette époque, une limite qui était une ligne, par à peu près, du Carapapori au rio Branco, entre l'Amazone et la	imediações do Pará. Além disso, em 1764, Portugal, para proteger a sua margem Norte do Amazonas, cada vez menos respeitada por nós, teve que construir o forte de São José de Macapá, não muito longe da localização do antigo forte de Santo Antônio. Naquela época, o governo francês possuía, de fato e de direito, toda a costa entre o Oiapoque e o Caraparu, ramo norte do delta do Araguari. Em 1766, Malouet, governador de Caiena, enviou ao ministro dois relatórios para estabelecer definitiva e irrevogavelmente nossos direitos. Em 1774, Fiedmond, sucessor de Malouet, mandou fazer pelo senhor Dessingy, geógrafo, um levantamento da costa entre o Oiapoque e o Amazonas. Três anos mais tarde, em 1777, o mesmo Fiedmond tomou, sem reclamação por parte de Portugal, posse efetivamente administrativa, da baía que então se chamava Vicente Pinçon, ao Sul de Maracá, pelo estabelecimento de um posto militar denominado Vicente Pinçon ou Caraparu, e uma cidade-missão instalada nas cercanias, na foz do rio Macari. Um engenheiro-geógrafo, com o título de guardião dos limites, foi instalado na cidade-missão. Primeiro foi o senhor Labbé, geógrafo, que ocupou estas funções; depois foi o senhor Honlet, outro geógrafo. Um pouco mais tarde, em 1780, uma missão central, que deveria se tornar importante, foi criada em Cunani, a meio caminho, mais ou menos, entre o Oiapoque e o Amazonas. A fronteira oficial da Guiana Francesa estava então na costa, o Caraparu, um canal natural outrora importante, onde, um pouco a leste da nossa cidade-missão de Macari e do nosso posto militar de Caraparu ou Vicente Pinçon, despejava o Araguari no Atlântico. Foi esse braço do Caraparu que Humboldt mais tarde declarou ser o verdadeiro Vicente Pinçon. Infelizmente, esse ramo norte do baixo Araguari está agora completamente obstruído. Não há mais, portanto, o que pensar sobre ele como limite. Quanto aos territórios do interior, eles eram conhecidos oficialmente, naquela época, por um limite que era uma linha, mais ou menos, do Caraparu ao Rio Branco, entre o Amazonas e a

ligne équatoriale. Tout cela était parfaitement logique et admissible, et le serait encore aujourd'hui, n'étaient d'une part les faits accomplis, et, de l'autre, des modifications profondes dans l'équilibre de nos intérêts coloniaux dans le monde. Et puis, nous n'avons plus aujourd'hui en face de nous une colonie portugaise, une Guinée ou un Congo, mais une des plus grandes nations de l'Amérique. En 1782, M. de Besner, gouverneur de Cayenne, donnait à Simon Mentelle, géographe, la mission de relever le cours de l'Araguary et de reconnaître quelle ligne sensible de démarcation pourrait être établie entre la Guyane française et les possessions portugaises, en partant du point où le canal de Vincent-Pinçon ou Carapapori adopté comme borne cesse de séparer les deux colonies. Mentelle devait s'appliquer à examiner si nos limites pourraient être simplifiées, en adoptant pour frontière la grande bouche de l'Araguary au lieu du bras de Vincent-Pinçon, et quel dédommagement pourrait être offert au Portugal dans les territoires de l'intérieur. Car, poursuivant vers l'ouest, Mentelle devait, s'écartant le moins possible de l'équateur et de la ligne parallèle au cours de l'Amazone, afin, disaient ses instructions, de remplir exactement l'esprit du traité d'Utrecht, se rendre jusqu'au rio Branco, essayant de trouver à nos territoires du sud des Montagnes centrales, une frontière sensible scientifique. La mission qui me fut confiée en 1883 avait donc eu un précédent solennel. Mentelle fut moins heureux que moi. Il ne put relever que la côte. Il ne visita ni le Counani, ni le Mapa, ni les terres du pseudo-cap de Nord, ni le Rio Branco, ni les territoires au sud des Montagnes centrales. Chose éminemment regrettable, car si Mentelle eût pu faire en 1782 ce que j'ai fait en 1883, 1884 et 1885, le gouvernement de Louis XVI en eût probablement fini avec le vieux différend. Les choses en étaient là, après l'échec de Mentelle, quand, en 1792, en présence du danger imminent de guerre universelle, la France évacua le poste de Vincent-Pinçon, qu'il eût été difficile de défendre. Nous résolûmes d'en créer, sur les	linha equatorial. Tudo isso era perfeitamente lógico e admissível, e seria ainda hoje, não fossem, por um lado, os fatos consumados e, por outro, as modificações profundas no equilíbrio dos nossos interesses coloniais no mundo. No mais, já não temos uma colônia portuguesa, uma Guiné ou um Congo, mas uma das maiores nações da América. Em 1782, o Sr. Bessner[4], governador de Caiena, deu a Simon Mentelle, geógrafo, a missão de explorar o curso do Araguari e de reconhecer qual linha sensível de demarcação poderia ser estabelecida entre a Guiana Francesa e as possessões portuguesas, partindo do ponto onde o canal de Vicente Pinçon ou Caraparu, adotado como limite, permitia separar as duas colônias. Mentelle devia dedicar-se a examinar se os nossos limites poderiam ser simplificados, adotando como fronteira a grande boca do Araguari em vez do braço do Vicente Pinçon, e qual indenização poderia ser oferecida a Portugal em relação aos territórios do interior. Pois, prosseguindo para Oeste, Mentelle devia, afastando-se o menos possível do Equador e da linha paralela ao longo do Amazonas, conforme diziam suas instruções, cumprir exatamente o espírito do Tratado de Utrecht, chegar até o Rio Branco, tentando encontrar nos nossos territórios do Sul das Montanhas Centrais, uma fronteira sensível científica. A missão que me foi confiada em 1883 teve, portanto, um precedente solene. Mentelle foi menos feliz que eu. Só pôde levantar a costa. Não visitou nem o Cunani, nem o Mapa, nem as terras do pseudo-Cabo do Norte, nem o Rio Branco, nem os territórios ao sul das Montanhas Centrais. Algo profundamente lamentável, porque se Mentelle pudesse ter feito em 1782 o que fiz em 1883, 1884 e 1885, o governo de Luís XVI provavelmente teria terminado com a velha disputa. A situação era a mesma, após o fracasso de Mentelle, quando, em 1792, na presença do perigo iminente de guerra universal, a França evacuou o posto do Vicente Pinçon, o qual teria sido difícil de defender. Resolvemos criar, nas

[4] O nome "Besner" foi grafado com apenas um "S" pelo autor do texto, e decidimos pela grafia correta em nossa tradução.

bords de la baie de Mayacaré, un autre que nous n'eûmes pas le loisir d'établir. En 1794, l'émancipation des esclaves dans la Guyane française ayant effrayé les Portugais, ceux-ci armèrent cinq petits bâtiments, et, en attendant une déclaration de guerre officielle, commencèrent par venir piller, dans le Ouassa, une grande ferme à bétail dont le propriétaire, le citoyen Pomme, était alors député de Cayenne à la Convention. Et pendant les vingt années qui suivirent, on continua ainsi l'interprétation à main armée du traité d'Utrecht. Sortie du Ouassa, la flottille portugaise entra dans l'Oyapock. Les Portugais, reprenant après cinquante-huit ans leurs anciennes prétentions, adressèrent au commandant du fort, qu'ils qualifièrent de commandant des limites, sommation d'avoir à livrer les esclaves portugais fugitifs ainsi que les déserteurs. Le poste d'Oyapock avait été évacué, et le commandant provisoire se trouvait être le maire. Ce brave homme réunit son conseil municipal, qui, après délibération, déclara aux Portugais que les frontières étaient au Carapapori et que la Révolution avait libéré les esclaves. Les Portugais, en se retirant, plantèrent avec solennité un poteau sur la rive droite de l'Oyapock, et ils appelèrent ce poteau Notre-Dame de la Conception. Les envahisseurs avaient à peine mis à la voile, que l'héroïque conseil municipal passait le fleuve et brûlait le poteau de la Conception avec non moins de solennité qu'on en avait mis à le planter. Mais au retour, la flottille ennemie toucha à Counani et à Macari. Chacun de nos deux villages-missions renfermait environ trois cents Indiens. A l'embouchure des autres fleuves se trouvaient également quelques petits centres indigènes. Les Portugais emmenèrent en masse toute cette population à l'Amazone. De 1794 à 1798, la côte entre Amazone et Oyapock fut complètement dépeuplée. Il importait d'agrandir le désert entre Cayenne et Pará, car, au contact des Français qui donnaient la liberté aux Indiens et aux esclaves, Pará se serait trouvé bientôt sans esclaves et sans Indiens. Cependant nos Indiens de Counani et de Macari nous regrettèrent. Quelques centaines	margens da baía de Maiacaré, outro que não pudemos estabelecer. Em 1794, a emancipação dos escravos na Guiana Francesa assustou os portugueses, estes armaram cinco pequenos edifícios e, enquanto aguardavam uma declaração de guerra oficial, começaram por vir saquear, no Uaçá, uma grande exploração pecuária, cujo proprietário, o cidadão Pomme, era então deputado de Caiena na Convenção. E durante os vinte anos que seguiram, continuou a interpretação à mão armada do Tratado de Utrecht. Saída do Uaçá, a frota portuguesa entrou no Oiapoque. Os portugueses, retomando após cinquenta e oito anos suas antigas pretensões, dirigiram-se ao comandante do forte, que eles chamaram de "comandante dos limites", com a intimação para entregar os escravos portugueses fugitivos, bem como os desertores. O posto de Oiapoque havia sido evacuado, e o comandante provisório era o prefeito. Esse bravo homem reuniu o seu conselho municipal, que, após deliberação, declarou aos portugueses que as fronteiras estavam no Caraparu e que a revolução tinha libertado os escravos. Os portugueses, retirando-se, plantaram com solenidade um posto na margem direita do Oiapoque e chamaram a esse posto Nossa Senhora da Conceição. Os invasores mal haviam partido, e o heroico conselho municipal atravessou o rio e queimou o posto de Nossa Senhora da Conceição com a mesma solenidade com que tinha sido implementada. Mas, no regresso, a frota inimiga desembarcou no Cunani e no Macari. Cada uma das nossas duas cidades-missões continha cerca de trezentos indígenas. Na foz dos outros rios encontravam-se também alguns pequenos centros indígenas. Os portugueses levaram em massa toda essa população para o Amazonas. De 1794 a 1798, a costa entre o Amazonas e o Oiapoque foi completamente despovoada. Era importante ampliar o deserto entre Caiena e o Pará, pois, em contato com os franceses que davam liberdade aos indígenas e escravos, o Pará logo se encontraria sem escravos e indígenas. No entanto, os nossos indígenas do Cunani e do Macari ressentiram-se de nós. Algumas centenas

d'entre eux, déportés au loin, trompant une surveillance active, se riant de punitions sévères et bravant tous les dangers, revinrent dans de frêles pirogues de Maranhao à Macari et à Counani, par quatre-vingts lieues de haute mer. Ces événements amenèrent Jeannet-Oudin, neveu de Danton et commissaire civil de la Convention en Guyane, à étudier la question des limites en vue de leur établissement définitif à la paix générale. En prévision d'une victoire certaine, Jeannet-Oudin rechercha ce qu'on pourrait bien prendre au Portugal du côté de l'Amazone, — toujours en s'inspirant du traité d'Utrecht. Le commissaire civil fit rédiger par le géographe Mentelle et le capitaine du génie Chapel, deux Mémoires qui furent envoyés au ministre de la marine. Malgré toutes ces sages précautions, les diplomates trouvèrent moyen de signer, le 20 août 1797, un des traités les plus ridicules de tous ceux qui régissent la matière. La frontière était reportée au Vincent-Pinçon ou Carsevenne. Jamais le Carsevenne n'avait été pris pour le Vincent-Pinçon, de là une nouvelle source de confusion : et d'une. Accepter cette frontière était, de la part des diplomates français, accepter après la victoire une situation que la défaite n'avait pu nous imposer : et de deux. Mais le Directoire ne ratifia pas le traité. Le 6 juin 1801, un nouveau traité fut signé à Badajoz. La frontière devait suivre l'Araguary, de la grande bouche aux sources, puis, des sources, gagner le rio Branco en ligne droite. Voilà qui était parfait. Il était urgent, en effet, de délimiter nos prétentions, nos droits, dans les territoires de l'intérieur. Malheureusement, — la diplomatie ne saurait penser à tout, — il faut deux points pour déterminer une droite. Or, un seul est indiqué : la source de l'Araguary. Quel est le point où la frontière va atteindre le rio Branco ? Cette rivière ayant plus de huit cents kilomètres de cours, on voit qu'il y a là marge à contestation. D'ailleurs, le traité de Badajoz ne fut pas ratifié par le premier consul. Le 29 septembre de la même année un nouveau traité fut signé, à Madrid. Par ce traité, interprétation un peu abusive du traité d'Utrecht, la limite est reportée au	deles, deportados para longe, enganando uma vigilância ativa, rindo-se de punições severas e enfrentando todos os perigos, retornaram em frágeis canoas do Maranhão ao Macari e ao Cunani, atravessando oitenta léguas de alto mar. Esses acontecimentos levaram Jeannet-Oudin, sobrinho de Danton e comissário civil da Convenção da Guiana, a estudar a questão dos limites com vista ao estabelecimento definitivo da paz geral. Em antecipação de uma vitória certa, Jeannet-Oudin procurou o que se poderia tomar de Portugal do lado do Amazonas — sempre inspirado no Tratado de Utrecht. O comissário civil mandou o geógrafo Mentelle e o capitão de engenharia militar Chapel redigirem dois relatórios que foram enviadas ao ministro da Marinha. Apesar de todas essas sábias precauções, os diplomatas encontraram meios de assinar, em 20 de agosto de 1797, um dos tratados mais ridículos de todos os que regem a matéria. A fronteira foi transferida para o Vicente Pinçon ou o Calçoene. Nunca o Calçoene tinha sido confundido com o Vicente Pinçon, daí uma nova fonte de confusão, sendo essa a primeira. E a segunda: aceitar esta fronteira era, da parte dos diplomatas franceses, aceitar, depois da vitória, uma situação que a derrota não nos impôs; a Comissão Executiva não ratificou o tratado. Em 6 de junho de 1801, um novo tratado foi assinado em Badajoz. A fronteira devia seguir o Araguari, da grande foz às nascentes, e depois das nascentes, chegar ao Rio Branco em linha reta. Isso seria perfeito. Era urgente, de fato, delimitar as nossas pretensões, os nossos direitos, nos territórios do interior. Infelizmente — a diplomacia não conseguiria pensar em tudo —, são necessários dois pontos para determinar uma reta. Ora, apenas um foi indicado: a nascente do Araguari. Qual é o ponto em que a fronteira vai chegar ao Rio Branco? Como este rio tem mais de 800 quilômetros de curso, vê-se que há margem para contestação. Além disso, o Tratado de Badajoz não foi ratificado pelo primeiro cônsul. Em 29 de setembro do mesmo ano, um novo tratado foi assinado, em Madri. Nesse tratado, com uma interpretação um pouco abusiva do Tratado de Utrecht, o limite é transferido para o

Carapanatuba, petite rivière qui se jette dans l'Amazone un peu au-dessous de Macapá, par un tiers de degré de latitude nord. Voilà qui est clair. La frontière suivra le cours du Carapanatuba jusqu'à sa source, d'où elle se portera vers la grande chaîne de montagnes qui fait le partage des eaux ; elle suivra les inflexions de cette chaîne jusqu'au point où elle s'approche le plus du rio Branco. Ici, l'on commence à moins bien comprendre. Une frontière qui se porte vers une chaîne de montagnes dont elle suit les *inflexions jusqu'au point où cette montagne s'approche d'une rivière*... Comme tout cela est bien dit ! Quelle précision ! Faudrait-il appliquer à la diplomatie de ce temps la définition que Voltaire donnait de la métaphysique : L'art de se rendre inintelligible aux autres et à soi-même ? — Voici le traité d'Utrecht. En gros il dit : La France n'est plus riveraine de l'Amazone. Et en dehors de cela tout est obscur. Or, on a fait vingt-trois explications officielles de ce traité, et elles sont toutes plus inexplicables les unes que les autres. Victor Hugues, l'héroïque corsaire devenu gouverneur de Cayenne, soupçonnant la valeur des terres acquises entre l'Araguary et le Carapanatuba, envoya dans ces territoires une mission militaire, qui revint émerveillée de la richesse du pays acquis et de son importance stratégique, qui fait de ce petit plateau comme le Gibraltar de l'Amazone. Par malheur on n'attendit pas, pour le traité définitif, le rapport de la mission, et à Amiens nous acceptâmes de rétrograder jusqu'à la limite de l'Araguary. Par le traité d'Amiens, du 25 mars 1802, les limites furent reportées à la grande bouche de l'Araguary, par 1° 1/3 de latitude nord, entre l'île Neuve et l'île de la Pénitence. La frontière suivra l'Araguary (le Vincent- Pinçon de La Condamine), depuis son embouchure jusqu'à sa source. La navigation du cours d'eau, — il n'est pas navigable à cause de ses chutes, — sera commune aux deux nations. De la source de l'Araguary, la frontière suivra une ligne droite tirée de cette source jusqu'au rio Branco. Notre frontière de l'intérieur est toujours, comme à Badajoz et à Madrid, une droite déterminée par un seul point.	Carapanatuba, pequeno rio que deságua no Amazonas um pouco abaixo de Macapá, por um terço de latitude Norte. Isso é muito claro. A fronteira seguirá o curso do Carapanatuba até a sua nascente, de onde se dirigirá para a grande cadeia de montanhas que faz a partilha das águas; ela então seguirá as inflexões desta cadeia até o ponto onde se aproxima mais do Rio Branco. Aqui, começamos a entender menos. Uma fronteira que se estende para uma cadeia de montanhas onde segue as *inflexões até o ponto em que esta montanha se aproxima de um rio*... Como tudo isso está bem dito! Que precisão! Seria necessário aplicar à diplomacia daquele tempo a definição que Voltaire dava da metafísica: A arte de se tornar ininteligível aos outros e a si mesmo? — Este é o Tratado de Utrecht. Basicamente ele diz: A França não é mais ribeirinha do Amazonas. E fora que isso tudo é obscuro. Ora, foram feitas vinte e três explicações oficiais desse tratado, e cada uma delas é mais inexplicável que as outras. Victor Hugues, o heroico corsário que se tornou governador de Caiena, suspeitando do valor das terras adquiridas entre o Araguari e o Carapanatuba, enviou a esses territórios uma missão militar, que voltou maravilhada com a riqueza do país adquirido e sua importância estratégica, que faz deste pequeno planalto o Gibraltar do Amazonas. Infelizmente, não se esperou, para o tratado definitivo, o relatório da missão, e em Amiens, aceitamos descer até o limite do Araguari. Pelo Tratado de Amiens, de 25 de março de 1802, os limites foram transferidos para a grande foz do Araguari, por 1° 1/3 de latitude Norte, entre a Ilha Nova e a Ilha da Penitência. A fronteira seguirá o Araguari (o Vicente Pinçon de La Condamine), desde a sua foz até a sua nascente. A navegação do curso de água — não é navegável por causa de suas quedas — será comum a ambas as nações. Desde a nascente do Araguari, a fronteira seguirá uma linha reta desenhada desta nascente até o Rio Branco. A nossa fronteira do interior é sempre, como em Badajoz e Madrid, uma linha determinada por um único ponto.

Le traité d'Amiens est l'explication officielle définitive du traité d'Utrecht. Il est vrai qu'en 1814 on a annulé toutes ces explications, et qu'on est revenu au texte même du traité primitif. Toutefois, le traité du 25 mars 1802 mérite d'être étudié à titre de glose du traité du 11 avril 1713. Ce traité d'Amiens nous consacrait la possession de la côte au nord de l'Amazone. Mais s'il est très précis pour la région côtière, il l'est moins pour la région intérieure. Notre frontière est une ligne droite tirée *de la source de l'Araguary vers l'ouest jusqu'au rio Branco*.	O Tratado de Amiens é a explicação oficial definitiva do Tratado de Utrecht. É verdade que, em 1814, todas essas explicações foram anuladas, e voltou-se ao próprio texto do tratado primitivo. No entanto, o tratado de 25 de março de 1802 merece ser estudado a título de comparação com o tratado de 11 de abril de 1713. Esse tratado de Amiens consagrava-nos a posse da costa Norte do Amazonas. Mas, se é muito preciso para a região costeira, é menos preciso para a região interior. A nossa fronteira é uma linha reta traçada *da nascente do Araguari para o Oeste até ao Rio Branco*.
On dira, peut-être, que vers l'ouest signifie par la parallèle. Mais non, car premièrement, on l'aurait dit ; le mot était inventé dès cette époque et les diplomates savent bien ce que c'est qu'une parallèle. Et, de plus, la source de l'Araguary étant inconnue, elle peut se trouver à la hauteur de celle de l'Oyapock, ou même plus haut, et alors la parallèle prendrait à la France une partie du haut bassin du Maroni, ce qu'il est absurde d'admettre ; ou bien encore elle pourrait se trouver non loin des bords de l'Amazone, et alors la parallèle passerait au sud du confluent du Rio Branco avec le Rio Negro. Il ne peut donc être question de la parallèle, quand il est parlé d'une ligne allant vers l'ouest jusqu'au rio Branco. Que signifie donc ? Mais peut-être les diplomates avaient-ils l'intention d'aller tracer eux-mêmes leur droite sur le terrain, à travers les forêts jusqu'alors inviolées de la Guyane centrale ?	Dirão, talvez, que para o Oeste significa pelo paralelo. Mas não, porque em primeiro lugar, como se dizia, a palavra era inventada desde aquela época e os diplomatas sabem bem o que é um paralelo. E, além disso, sendo a nascente do Araguari desconhecida, pode encontrar-se à altura do Oiapoque, ou mesmo mais alta, e então o paralelo tomaria à França uma parte da bacia superior do Maroni, o que é absurdo admitir; ou, ainda, pode ser encontrada não muito longe das margens do Amazonas, e então o paralelo passa ao Sul da confluência do Rio Branco com o Rio Negro. Portanto, não se questionar o paralelo, quando se fala de uma linha que vai para o Oeste até o Rio Branco. O que significa isso então? Talvez os diplomatas tivessem a intenção de ir eles próprios traçar a sua reta terrestre, por entre as florestas até então invioladas da Guiana Central?
En 1809, les Anglo-Portugais s'emparaient de Cayenne qui fut remise aux Portugais. Le 30 mars 1814, le traité de Paris stipule que la Guyane sera restituée à la France, telle qu'elle était au 1er janvier 1792. Les contestations au sujet des limites, contestations dont les traités de 1796, de Badajoz, de Madrid et d'Amiens, n'avaient été que des explications plus ou moins heureuses et plus ou moins libres, seront réglées à l'amiable. La France et le Portugal nommeront des commissaires qui se réuniront sur les lieux pour trancher le différend. La France nomma Victor Hugues, qui partit aussitôt pour Cayenne. Mais le Portugal ne nomma personne. Ainsi échoua la première tentative de solution à l'amiable du	Em 1809, os anglo-portugueses capturaram Caiena, que foi entregue aos portugueses. Em 30 de março de 1814, o Tratado de Paris estipula que a Guiana será restituída à França, como era em 1 de janeiro de 1792. As contestações sobre a temática dos limites, contestações cujos tratados de 1796, de Badajoz, de Madrid e de Amiens, tinham sido apenas explicações mais ou menos felizes e mais ou menos livres, serão resolvidas amigavelmente. A França e Portugal nomearam comissários que se reuniram no local para decidir o diferendo. A França nomeou Victor Hugues, que partiu imediatamente para Caiena. Mas Portugal não nomeou ninguém. Dessa forma, fracassou a primeira tentativa de

différend au moyen d'une double commission scientifique.
Non seulement le Portugal ne voulait pas nommer de commissaires, mais il ne voulait même pas rendre la colonie. Les traités de Vienne eurent beau confirmer celui de Paris, les Portugais restaient toujours à Cayenne. Le Portugal ne nous restitua la Guyane, en avril 1817, après d'inutiles négociations auxquelles avaient pris une part active Wellington et le duc de Richelieu, que sur la menace faite par le gouvernement français de s'emparer par la force des territoires situés entre le Maroni et l'Oyapock, et à la nouvelle que l'expédition, déjà organisée, allait partir.
La convention de remise eut lieu le 20 août 1817. Une double commission scientifique fut, pour la seconde fois, chargée de vider à l'amiable le différend. Les deux nations devaient nommer des commissaires qui exploreraient les territoires litigieux et auraient un an pour s'entendre. Si, au bout d'un an, ils ne s'entendaient pas, le Portugal et la France prendraient l'Angleterre comme médiatrice. Il n'y eut ni commission ni médiation, et on ne s'occupa plus du contesté.

Peu après, en 1820, le Brésil se rendait indépendant. De 1834 à 1838, une grande guerre civile, le cabanage, ensanglantait les provinces du Nord. Dès le début de cette espèce de jacquerie brésilienne, le gouvernement français donnait ordre au gouverneur de Cayenne d'occuper toute la côte au nord de l'Amazone, de l'Oyapock à l'Araguary. Cependant, les esclaves fugitifs et les soldats déserteurs se réfugiaient en masse dans les territoires litigieux. Il importait de ne pas laisser se masser sur la côte contestée une population aussi peu recommandable. M. du Choisy dut établir, en 1836, par ordre du gouvernement central et de concert avec l'amiral Duperré, un poste français sur l'îlot qui séparait le lac de Mapá de celui de Macari. On mit cinquante hommes dans ce poste, qui fut appelé poste de Mapá, et le petit détachement opéra des reconnaissances jusqu'à l'Araguary. On était en pleine paix. C'est le troisième acte belliqueux auquel donna lieu la question du contesté. Les circonstances, cependant, justifiaient notre

solução amigável do diferendo por meio de uma dupla comissão científica.
Portugal não apenas não queria nomear comissários, como também não queria devolver a colônia. Embora os tratados de Viena tivessem confirmado o de Paris, os portugueses ainda permaneciam em Caiena. Portugal não nos devolveu a Guiana, em abril de 1817, depois de negociações inúteis nas quais Wellington e o Duque de Richelieu haviam tomado parte ativa sobre a ameaça feita pelo governo francês de se apoderar por força dos territórios situados entre o Maroni e o Oiapoque, e à notícia de que a expedição, já organizada, ia partir.

A convenção de entrega ocorreu em 20 de agosto de 1817. Uma dupla comissão científica foi, pela segunda vez, encarregada de esvaziar amigavelmente o diferendo. As duas nações deviam nomear comissários que explorariam os territórios contestados e teriam um ano para se entender. Se ao fim de um ano não se entendessem, Portugal e a França tomariam a Inglaterra como mediadora. Não houve comissão, nem mediação, nem mais ocupou-se do contestado.
Pouco depois, em 1820, o Brasil tornou-se independente. De 1834 a 1838, uma grande guerra civil, a Cabanagem, ensanguentava as províncias do Norte. Desde o início dessa espécie de revolta brasileira, o governo francês ordenou que o governador de Caiena ocupasse toda a costa Norte do Amazonas, do Oiapoque ao Araguari. No entanto, os escravos fugitivos e os soldados desertores refugiaram-se em massa nos territórios litigiosos. Era importante não deixar que uma população tão repugnante se aglomerasse na costa disputada. O Sr. Choisy teve de estabelecer, em 1836, por ordem do governo central e em conjunto com o almirante Duperré, um posto francês na ilhota que separava o lago do Mapá do lago do Macari. Foram alocados cinquenta homens neste posto, que foi chamado posto do Mapá, e o pequeno grupo operou reconhecimentos até o Araguari. Estávamos em plena paz. Foi o terceiro ato bélico ao qual deu origem a questão do contestado. As circunstâncias, no entanto, justificaram a nossa

décision. De même, aujourd'hui, si quelques milliers de récidivistes s'évadaient et passaient l'Oyapock, — chose improbable, car le bagne est doux, — le Brésil serait à moitié excusable s'il installait un poste militaire à Counani ou à Cachipour. Alors, sans doute, nous réclamerions. C'est aussi ce que fit le Brésil en 1836.

Le président de la province de Pará protesta énergiquement. Dans le sud, notamment à Rio de Janeiro, une ligue se forma contre nous : les Brésiliens jurèrent de n'acheter aucun produit français. *A Liga Americana*, le fameux journal d'Odorico Mendes prêchait ouvertement la guerre.

Toutefois, l'insurrection éteinte à Pará, de longues négociations eurent lieu entre la France et le Brésil au sujet de Mapá. Pour la troisième fois, des commissaires démarcateurs, des deux nations, durent être nommés. Mais cette fois ce fut le Brésil qui, seul, envoya sa commission, dont le chef était l'économiste Souza Franco. M. Guizot agitait alors avec le Brésil des projets d'alliances dynastiques. Il fit évacuer Mapá pour faire réussir un mariage qui ne réussit pas. Devant un si beau résultat, on ne pensa plus à régler le litige. Mais la forme fut sauvée : un traité solennel intervint le 5 du mois de juillet 1841. Il maintenait le statu quo tel qu'il résulte du traité d'Utrecht et stipulait la non-occupation réciproque.

Les Brésiliens, voyant les dispositions très conciliantes du ministère français, ne voulurent pas se contenter du petit succès diplomatique qu'ils venaient de remporter. A peine M. Guizot avait-il signé son traité que le gouvernement de Rio faisait établir, sur la terre qui avait été si solennellement neutralisée la veille, la colonie militaire de Pedro II sur la rive gauche de l'Araguary.

C'était à prévoir : aussitôt après notre reculade, le Brésil faisait un pas en avant. L'infraction à la convention toute récente de non-occupation réciproque était absolument formelle. Lors de la fondation de notre poste de Mapá, en 1836, le Brésil avait été sur le point de nous déclarer la guerre. En France, l'occupation de la rive gauche de l'Araguary par le Brésil passa totalement

decisão. Da mesma maneira, hoje, se alguns milhares de reincidentes escapassem e passassem o Oiapoque — coisa improvável, porque o presídio não é severo — o Brasil seria meio desculpável se instalasse um posto militar no Cunani ou no Cassiporé. Então, sem dúvida, reclamaríamos. Foi também o que o Brasil fez em 1836.

O presidente da província do Pará protestou energicamente. No Sul, especialmente no Rio de Janeiro, uma liga se formou contra nós: os brasileiros juraram não comprar nenhum produto francês. *A Liga Americana*, o famoso jornal de Odorico Mendes pregava abertamente a guerra.

No entanto, com a insurreição extinta no Pará, longas negociações aconteceram entre a França e o Brasil sobre a temática do Mapá. Pela terceira vez, comissários demarcadores, das duas nações, deveriam ser nomeados. Mas, dessa vez, foi o Brasil que, sozinho, enviou a sua comissão, cujo chefe era o economista Souza Franco. O Sr. Guizot tratava, então, com o Brasil, projetos de alianças dinásticas. Mandou evacuar o Mapá como se fosse um casamento que não teve êxito. Diante de tão bom resultado, não pensamos mais em resolver o litígio. Mas a forma foi resguardada: um tratado solene interveio em 5 de julho de 1841. Mantinha-se o *status quo* tal como resulta do Tratado de Utrecht e estipulava-se a não ocupação recíproca.

Os brasileiros, vendo as disposições muito conciliatórias do ministério francês, não quiseram se contentar com o pequeno sucesso diplomático que tinham acabado de ganhar. Assim que o Sr. Guizot assinou o seu tratado, o governo do Rio mandou estabelecer, na terra que tinha sido tão solenemente neutralizada no dia anterior, a colônia militar de Pedro II na margem esquerda do Araguari.

Era de se prever: logo após nosso recuo, o Brasil dava um passo em frente. A infração da recente convenção de não ocupação recíproca era absolutamente formal. Quando nosso posto no Mapá foi fundado, em 1836, o Brasil estava prestes a declarar guerra contra nós. Na França, a ocupação da margem esquerda do rio Araguari pelo Brasil passou totalmente despercebida.

inaperçue. Notre gouvernement, il est vrai, n'en fut informé, ainsi que de la prise de possession de l'Apurema, que dix ou vingt ans plus tard. En 1849, puis en 1850, une expédition brésilienne organisée à Pará devait partir pour occuper le Mapá. C'était de plus fort en plus fort. « Il s'agit, » disait bravement, à la Chambre des Députés de Rio de Janeiro, le 19 avril 1850, M. Tosta, ministre de la marine, « il s'agit de fonder dans cette contrée une solide colonie, afin que nous puissions y assurer d'une manière effective notre possession. » L'expédition brésilienne ayant rencontré, dans les eaux de Mapá, un aviso français en surveillance, le gouvernement de Rio, pour se consoler de n'avoir pu installer sa colonie, se mit à protester avec indignation contre les agissements des Français. Le Brésilien est né diplomate. En 1858, une nouvelle expédition, commandée par un lieutenant de douanes, partit de Para et entra dans le Counani, en plein territoire contesté. La population de Counani, composée d'esclaves marrons, reçut les annexeurs à coups de fusil. Alors le gouvernement de Rio se plaignit que la France entretenait à Counani des agents que soutenait Prosper Chaton, notre consul à Pará. Le lieutenant passa capitaine, et Prosper Chaton fut blâmé. Les nègres de Counani ne me rappelaient jamais ce fait sans indignation. Je parle de ces choses sans aucun chauvinisme. J'aime beaucoup les Brésiliens. J'ai pour la grande nation sudaméricaine une sympathie, une admiration, que je me permettrai de qualifier de raisonnées. Je suis partisan convaincu de la solution à l'amiable de la question du contesté franco-brésilien, et j'ai la conviction qu'il est aisé, habile et utile d'arriver de suite à ce résultat. Mais ne m'est-il pas permis, sans me voir traité en trouble-fête, de montrer combien notre conduite a été ridicule là-bas, depuis ces quarante dernières années ? Sans être partisan d'une politique de matamore et d'envahisseur, n'est-il pas permis de rougir d'une politique d'abdication systématique ? Les dernières négociations entre la France et le Brésil, au sujet des territoires contestés, durèrent trois ans, de 1853 à 1856. M. His de Butenval et M. le Vicomte d'Uruguay rompirent	Nosso governo, de fato, somente foi informado, na tomada de posse do Apurema, dez ou vinte anos mais tarde. Em 1849, e depois em 1850, uma expedição brasileira organizada no Pará partiu para ocupar o Mapá. Era cada vez mais repetido. "Trata-se", dizia corajosamente, na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, em 19 de abril de 1850, o Sr. Tosta, ministro da Marinha, "trata-se de fundar nesta terra uma sólida colônia, para que possamos assegurar de forma efetiva a nossa posse." Tendo encontrado a expedição brasileira, nas águas do Mapá, um aviso francês em vigília, o governo do Rio, para se consolar por não ter podido instalar sua colônia, começou a protestar com indignação contra as ações dos franceses. O brasileiro nasceu diplomata. Em 1858, uma nova expedição, comandada por um tenente da alfândega, partiu do Pará e entrou no Cunani, em pleno território contestado. A população de Cunani, composta por escravos fugitivos, recebeu os anexadores com tiros de espingarda. Então o governo do Rio queixou-se de que a França mantinha em Cunani agentes apoiados por Prosper Chaton, nosso cônsul no Pará. O tenente tornou-se capitão e Prosper Chaton foi culpado. Os negros de Cunani sempre lembram desse fato com indignação. Eu falo dessas coisas sem nenhum chauvinismo. Eu gosto muito dos brasileiros. Tenho para com a grande nação sul-americana uma simpatia, uma admiração, que me permito qualificar como razoáveis. Sou partidário convicto da solução amigável da questão do contestado franco-brasileiro e estou convencido de que é fácil, hábil e útil chegar a este resultado. Mas não me é lícito, sem me ver tratado como um desmancha-prazeres, mostrar como a nossa conduta ali foi ridícula, nos últimos quarenta anos? Sem ser partidário de uma política de mata-mouros e de invasor, não é lícito irritar-se com uma política de abdicação sistemática? As últimas negociações entre a França e o Brasil, sobre os territórios disputados, duraram três anos, de 1853 a 1856. O Sr. His de Butenval e o Sr. Visconde de Uruguai romperam lanças num

des lances dans un savant tournoi de géographie historique. M. le vicomte d'Uruguay nous offrit la limite du fleuve Carsevenne, dont on ne connaît pas la source mais seulement l'embouchure. Et M. His de Butenval offrit pour frontière la rivière Tartarougal, qui a probablement une source, mais qui n'a pas d'embouchure, car la rivière se perd dans un lacis de lacs et de marécages ainsi que je l'ai constaté. Ces doctes négociations n'aboutirent à rien.	torneio de geografia histórica. O Sr. Visconde do Uruguai ofereceu-nos o limite do rio Calçoene, cuja nascente não se conhece, apenas a foz. E o Sr. His de Butenval ofereceu como fronteira o rio Tartarugal, que provavelmente tem uma nascente, mas que não tem uma foz, porque o rio se perde em uma rede de lagos e pântanos, como eu constatei. Essas negociações não deram em nada.
Pardon, je me trompe. Ces négociations aboutirent à quelque chose. Les Brésiliens se tinrent ce raisonnement : « Puisque la France nous offre la limite de Tartarougal, le territoire entre Tartarougal et Araguary n'est plus contesté. » Et, en 1860, sans autre forme de procès, le président de la province de Para annexa ce territoire connu dans la contrée sous le nom de district de l'Apurema. Depuis vingt-cinq ans les Brésiliens l'administrent, y perçoivent des impôts, y ont des électeurs, et, quand j'y passai, en 1883, on attendait l'installation d'un poste militaire envoyé de Pará.	Desculpe, estou enganado. Essas negociações resultaram em alguma coisa. Os brasileiros mantiveram esse raciocínio: "Já que a França nos oferece o limite do Tartarugal, o território entre o Tartarugal e o Araguari não é mais contestado". E, em 1860, sem outra forma de processo, o presidente da província do Pará anexou esse território conhecido na região como o distrito de Apurema. Há vinte e cinco anos, os brasileiros o administram e cobram impostos, lá têm eleitores, e quando lá passei, em 1883, esperava-se a instalação de um posto militar enviado do Pará.
En 1883 et 1884, je révélai tous ces faits en haut lieu. Cela provoqua un petit échange de notes entre M. Jules Ferry et M. le baron d'Itajubá, chargé d'affaires du Brésil. On en écrivit dans les bureaux. Cela causa un petit ennui aux puissances, — sans aucun résultat, comme bien vous pensez. Il fallait que quelqu'un payât les frais et la peine. Ce fut le malencontreux reporter. Et, aussitôt, l'incident fut enterré, avec les phrases d'usage.	Em 1883 e 1884, revelei todos esses fatos em lugares importantes. Isso provocou uma pequena troca de notas entre o Sr. Jules Ferry e o Sr. Barão de Itajubá, encarregado de negócios do Brasil. Escreveu-se sobre isso nos escritórios. Isso causou um pequeno aborrecimento para as potências — sem qualquer resultado, como se pensa. Alguém tinha que pagar as taxas e a pena. Foi este o infeliz repórter. E, tão logo, o incidente foi enterrado, com as frases de uso.

Notas editoriais

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: A. K. C. Canarinos, W. M. Pereira
Coleta de dados: A. K. C. Canarinos, W. M. Pereira
Análise de dados: A. K. C. Canarinos, W. M. Pereira
Discussão dos resultados: A. K. C. Canarinos, W. M. Pereira
Escrita - revisão e edição: A. K. C. Canarinos, W. M. Pereira

Conjunto de dados de pesquisa

Os dados analisados são oriundos do Internet Archive da Biblioteca da Universidade de Harvard.

Financiamento

Este estudo foi financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Processo SEI E-26/204.321/2025 (314766).

Consentimento de uso de imagem
Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa
Não se aplica.

Conflito de interesses
Não se aplica.

Declaração de disponibilidade dos dados da pesquisa
Os dados desta pesquisa, que não estão expressos neste trabalho, poderão ser disponibilizados pelos(as) autores(as) mediante solicitação.

Licença de uso
Autoras e autores cedem à *Cadernos de Tradução* os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista. Autoras e autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (por exemplo: publicar em repositório institucional, em website pessoal, em redes sociais acadêmicas, publicar uma tradução, ou, ainda, republicar o trabalho como um capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Publisher
Cadernos de Tradução é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina. A revista *Cadernos de Tradução* é hospedada pelo Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores e autoras, não representando, necessariamente, a opinião da equipe editorial ou da universidade.

Edição da seção
Ingrid Bignardi
Kamila Oliveira Lima

Normalização
Kamila Oliveira Lima

Histórico
Recebido em: 18/05/2026
Aprovado em: 01/08/2026
Revisado em: 15/08/2026
Publicado em: 09/2026